

A pluriversalidade como fundamental para o filosofar na formação e no ensino de filosofia: possibilidades dos quadrinhos

La pluriversalidad como fundamental para el filosofar en la formación y enseñanza de la filosofía: posibilidades de los cómics

DOI:10.18226/21784612.v30.e025020

Amanda Veloso Garcia¹

Bruno Del Ciampo Garcia²

Resumo: O paradigma hegemônico na filosofia brasileira se ancora na leitura e escrita de textos como único método legítimo de expressar filosofias, embora na própria tradição filosófica ocidental seja possível encontrar diversas exceções à regra entre os grandes clássicos. Tal paradigma resulta na exclusão de filosofias que se apoiam em tradições orais ou que têm como cerne o gesto, a ação ou a expressão via desenhos, de modo que, por invisibilizar a pluralidade de filosofias, uma certa exclusividade do método nessa área de estudo acaba por se tornar um problema. O objetivo deste artigo é estabelecer uma reflexão olhando para nossa própria concepção de filosofia, de forma que possamos dialogar com o problema e investigá-lo: por que o texto é a única expressão da filosofia? Inicialmente, será discutida a centralidade do texto na formação em filosofia, problematizando como a exclusividade do método pode desincentivar o filosofar autoral. Em seguida, será analisada a relação entre essa exclusividade do método, escrito de uma maneira dissertativa-argumentativa, e a colonialidade, que está na raiz da exclusão de filosofias indígenas, africanas, afro-brasileiras, entre outras. O artigo partirá do paradigma pluriversal, que será apresentado no texto, compreendendo que o filosofar se enquadra na categoria de produções humanas

¹ Possui Licenciatura (2012), Bacharelado (2014) e Mestrado (2016) em Filosofia e Doutorado (2021) e Pós-Doutorado (2023) em Educação pela UNESP/Marília. É professora de Filosofia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (campus Pinheiral), atuando em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e na Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos. Faz parte do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia (ENFILO - UNESP/Marília) desde 2010 e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Práticas em Educação (GIPPED - IFRJ/Pinheiral). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4959-8256>. E-mail: amanda.veloso.garcia@gmail.com / amanda.garcia@ifrj.edu.br.

² Bruno Del Ciampo Garcia é bacharel e licenciado em Filosofia pela UNESP de Marília, São Paulo. Está realizando mestrado em educação e pesquisa sobre a pluralidade de expressões possíveis na filosofia, com um enfoque nas histórias em quadrinhos como uma forma de expressão que permite uma reflexão sobre nossa formação filosófica e possibilita outras formas de filosofar. Além disso, é roteirista, escritor, desenhista e quadrinista. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7905-9181>. E-mail: bruno.del@unesp.br.

verificáveis em todas as sociedades e culturas, podendo se expressar de múltiplos modos. A pesquisa tem como objetivo apontar a relevância de outras formas de expressão de filosofias para o filosofar autoral, tomando como exemplo a utilização de quadrinhos, tanto no contexto da formação quanto do ensino de filosofia na educação básica, nesse último caso, por meio da apresentação do projeto de ensino de filosofia em quadrinhos, desenvolvido pelos autores deste artigo em uma escola da rede federal do Rio de Janeiro. Contudo, espera-se contribuir para a compreensão de que uma formação que reproduz a ideia de que existe apenas uma única forma de se expressar pode resultar em uma concepção tecnicista do filosofar, que foca apenas na reprodução de filosofias canônicas. Dessa maneira, pretende-se contribuir para a descolonização do filosofar e o rompimento com a invisibilização da pluralidade filosófica, inerente à realidade brasileira.

Palavras-chave: Exclusividade. Pluralidade. Filosofar. Descolonização. Quadrinhos.

Resumen: El paradigma hegemónico en la filosofía brasileña está anclado en la lectura y escritura de textos como único método legítimo de expresar las filosofías, aunque en la propia tradición filosófica occidental es posible encontrar varias excepciones a la regla entre los grandes clásicos. Este paradigma resulta en la exclusión de filosofías que se basan en tradiciones orales o que tienen en su núcleo el gesto, la acción o la expresión a través del dibujo, de modo que al invisibilizar la pluralidad de filosofías, la exclusividad del método en esta área de estudio se vuelve un problema. El objetivo de este artículo es establecer una reflexión mirando nuestra propia concepción de la filosofía, para que podamos investigar y dialogar con el problema: ¿por qué el texto es la única expresión de la filosofía? Inicialmente, se discutirá la centralidad del texto en la formación de Filosofía, problematizando cómo la exclusividad del método puede desalentar el filosofar autoral. A continuación, se analizará la relación entre la exclusividad del método escrito de manera disertativa-argumentativa y la colonialidad, que está en la raíz de la exclusión de las filosofías indígenas, africanas, afrobrasileñas, entre otras. El artículo partirá del paradigma pluriversal, que será presentado en el texto, entendiendo que filosofar cae en la categoría de producciones humanas verificables en todas las sociedades y culturas, de manera que puede expresarse de múltiples maneras. La investigación pretende señalar la relevancia de otras formas de expresión de las filosofías para el filosofar autoral, tomando como ejemplo el uso de cómics, tanto en el contexto de la formación como de la enseñanza de la filosofía en la educación básica, en este último caso a través de la presentación del proyecto de enseñanza de Filosofía en cómics desarrollado por los autores de este artículo en una escuela federal de Río de Janeiro. Sin embargo, se espera contribuir a la comprensión de que una formación que reproduce la idea de que solo

existe una única forma de expresarse puede resultar en una concepción tecnicista del filosofar que se centra únicamente en la reproducción de filosofías canónicas. De esta manera, se pretende contribuir a la descolonización del filosofar y a la ruptura con la invisibilización de la pluralidad filosófica inherente a la realidad brasileña.

Palabras-clave: Exclusividad. Pluralidad. Filosofar. Descolonización. Cómics.

1 Introdução

A formação em filosofia no Brasil se ancora excessivamente na leitura e escrita de textos como o único método permitido e possível. Isso faz com que a formação restrinja as maneiras de expressar filosofias, ao mesmo tempo em que pode deslegitimar a pluralidade de perspectivas, de condutas no mundo e, conseqüentemente, do filosofar. Neste artigo, discutiremos a exclusividade do método para se expressar filosoficamente como um problema, uma vez que invisibiliza a pluralidade de filosofias. A questão a ser investigada pode ser elaborada da seguinte forma: por que o texto é a única expressão da filosofia? A partir de um paradigma pluriversal, que será apresentado no artigo, assumimos, como pressuposto, que o filosofar se expressa de múltiplos modos e que uma exclusividade expressiva enquanto método legitimado acaba por desincentivar o filosofar autoral. Temos como objetivo apontar a relevância de outras formas de expressão de filosofias para o filosofar autoral. Para isso, inicialmente, questionaremos a centralidade do texto na formação em filosofia, trazendo autores da própria tradição filosófica ocidental, a fim de problematizar os pressupostos do paradigma dominante em suas próprias bases. Em um segundo momento, refletiremos sobre a relação entre a exclusividade do método expressivo da filosofia e a colonialidade, que está na raiz da exclusão das formas plurais de expressar pensamentos em perspectivas indígenas, africanas, afro-brasileiras, entre outras. Os quadrinhos serão tomados como um entre tantos exemplos do que apontamos neste artigo, sendo pensados tanto no contexto da formação, na primeira seção, quanto do ensino de filosofia na educação básica, na terceira seção do estudo. No terceiro movimento do texto, trataremos o projeto de ensino de filosofia em quadrinhos, desenvolvido pelos autores deste artigo em uma escola da rede federal do Rio de Janeiro,

como um caso para refletir sobre as potencialidades do ensino por intermédio de outras linguagens.

Defenderemos que a formação precisa contribuir para uma filosofia plural, que inclua as diferentes formas de se expressar filosoficamente. Uma formação que reproduz apenas um método para se expressar, além de excluir outras filosofias da discussão devido à maneira a qual elas são comunicadas, também pode resultar em uma concepção tecnicista do filosofar que foca apenas na reprodução de filosofias canônicas. Dessa maneira, pretendemos contribuir para a descolonização do filosofar e o rompimento com a invisibilização da pluralidade filosófica, inerente à realidade brasileira.

2 Exclusividade do método escrito e a pluralidade como outras formas de filosofar

No momento em que adotamos uma postura crítica sobre o que nos constitui e constitui, questionamos também o filosofar e o modelo de filósofo estipulado. Afinal, quando indagamos quais características temos que ter para que sejamos considerados um(a) filósofo(a), realizamos um exame sobre qual é o modelo de filósofo formado e esperado pela instituição. Dito isso, indagamos também: podemos nós, enquanto filósofos, mantermos uma relação dogmática com nossa própria formação? Ao que parece, se estivermos em dia com nós mesmos, com nossa sinceridade, a resposta é não. A colocação do problema sobre quem é visto como filósofo nos aparece, dessa forma, como imprescindível para compreendermos as crenças de nosso próprio tempo e o que se espera desse pensador. Pensar sobre o filósofo a ser formado, nessa linha de raciocínio, é refletir sobre nossa própria formação e sobre as práticas que engendram a constituição desse sujeito. Precisamos, portanto, de um exame de consciência dos processos que nos formam – e continuarão a nos formar se não tomarmos consciência deles.

Ao refletirmos sobre o filósofo que uma instituição acadêmica busca formar, encontramos o modelo a ser seguido: aquele que é fomentado institucionalmente é aquele que segue os padrões, os métodos e as práticas legitimadas pela própria instituição como coerentes com o ato de filosofar. Nesse aspecto, o registro histórico

mostra o que se compreende por fazer filosofia: uma atividade de leitura restrita, respeitando os domínios do autor do texto e estabelecendo uma relação de erudição, ou seja, é fomentada a atividade de ser um exímio conhecedor de textos, um técnico dos conceitos de determinados autores. Em outras palavras, a formação do filósofo se faz por meio do conhecedor de textos filosóficos e do estudo da história da filosofia, que muitas vezes é marcada e delimitada pela explicação do professor. Há a formação de um técnico do pensamento, especializado em compreender conceitos e elaborar comentários sobre estes. Assim sendo, a noção de filósofo fomentada pela academia está intrinsecamente ligada à erudição, ao conhecedor de textos filosóficos e da história da filosofia, pois esses são o movimento, o método e a prática esperados pela instituição para quem se forma em filosofia. Sob esse paradigma, reconhecemos que o ensino de filosofia é reduzido a uma mera compreensão, em que o sujeito é formado ao reter conhecimento sobre um autor e sobre a história da filosofia, de modo que o texto seja a expressão que legitima seu argumento e sua compreensão. Ao dizer isso, podemos inferir que sua prática passa a ser um transmissor de ideias, mas não necessariamente instigar e provocar novas concepções sobre as necessidades dos outros, de si e do mundo.

Isso nos coloca em uma posição fronteiriça: a de que, se estabelecemos uma relação dogmática com nossa formação, isto é, com processos, métodos e práticas que nos formaram, muito provavelmente não estaremos abertos à pluralidade de ideias e expressões de outras filosofias. Em outras palavras, estaremos sendo responsáveis por nossa própria ignorância e limitação. Por conseguinte, a figura do tecnicista conhecedor de textos, do especialista que se torna responsável pela própria ignorância, já foi visualizada por Ortega y Gasset ao nos dizer que

[...] outrora os homens podiam dividir-se, simplesmente, em sábios e ignorantes, em mais ou menos sábios e mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser submetido a nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio, porque ignora formalmente o que não entra na sua especialidade; mas tampouco é um ignorante, porque é “um homem de ciência” e conhece muito bem sua porciúncula de universo. Devemos dizer que é um sábio ignorante, coisa sobremodo grave, pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões

que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem na sua questão especial é um sábio (Ortega y Gasset, 2013, p. 183).

Podemos dizer que a ignorância, sob essa perspectiva de um especialista, não é vista como a admissão da própria ignorância, mas como ocultamento dela, contrariando, por fim, a noção socrática de conhecimento: admitir que só sabe-se que não se sabe. O que move, então, o intelectual ou o especialista acadêmico que se vê envolto nas coisas que conhece e as designa fonte de todas as suas verdades? Isto é, veste um traje de sábio que finge saber, e não de um sábio que o é por não saber – que seria, respectivamente, as imagens dos sofistas e de Sócrates.

Diante dessa constatação, podemos dizer que a atividade filosófica, enquanto engessada pelos métodos e pelas práticas acadêmicas – estabelecidos por uma instituição a partir de um currículo –, configura-se uma espécie de delimitação do pensar, um silenciamento e até mesmo um condicionamento do pensar a um terceiro. Sob essa lógica, podemos citar o próprio filósofo Deleuze, que reconhece o papel silenciador da história da filosofia ao ser tomada como único modelo possível para que, de fato, faça-se filosofia:

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em filosofia uma função repressora evidente, é o Édipo propriamente filosófico: 'você não vai se atrever a falar em seu nome enquanto não tiver lido isto e aquilo, e aquilo sobre isto, e isto sobre aquilo'. Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom (Deleuze, 1992, p. 14).

Sobre essa suposta formação de filósofos, indagamos: como poderíamos pensar o nosso presente e os nossos problemas, se ainda estamos ancorados e mergulhados nessa herança de detentores da história da filosofia e continuamos apenas atuando como seus explicadores? Como poderíamos expressar outros pensamentos, se ainda estamos amarrados ao trabalho de compreensão da história da filosofia e de textos e da escrita de comentários? O que esperar de um(a) filósofo(a) e de um(a) educador(a) que não está disposto

a repensar a própria prática e a própria formação? Nesse aspecto, Rodrigues nos provoca ao dizer que

Ora, como um professor de filosofia formado dentro das práticas explicativas acríticas conseguiria estabelecer outra relação com a filosofia a não ser a de explicar, se não os textos clássicos – pelas condições de possibilidades da educação básica –, mas os manuais, os trechos de textos, o material didático, em suma, a história da filosofia? Como esperar que, dessas práticas passivas com a explicação, poderíamos levar nossos estudantes a ter outra relação com a filosofia a não ser de conhecimento sobre a história da filosofia? (Rodrigues, 2020, p. 163).

Essa é uma dúvida pertinente para todo e qualquer um que trabalhe com filosofia e educação, pois, quando pensamos em educação, não nos contentamos com estudantes que sabem apenas exercitar os movimentos de identificação e reconhecimento. Afinal, o que esperar de “técnicos que sabem muito bem compreender a estrutura interna de um texto, mas não sabem se interrogar sobre o que estão lendo, não têm opinião sobre o que leem” (Pimenta, 2011, p. 19)? Sob a lógica de compreensão e repetição, em uma formação pautada na reconhecimento de textos clássicos, parece não haver um estímulo e um espaço para a reflexão pessoal e para a autonomia. Não há inovação, não há risco de errar, não há expansão em querer trazer mais coisas para o debate filosófico, ou um novo horizonte, ou uma nova expressão.

Paulo Margutti se faz preciso ao dizer que essa formação filosófica “nos coloca numa situação pouco recomendável, em que os estudantes de filosofia são em geral formados para comentar textos clássicos, sem qualquer estímulo à reflexão pessoal e independente” (Margutti, 2018, p. 225). Diante disso, é plausível dizer que, diante da inquirição crítica sobre nossa formação, inferimos que não apenas o ímpeto da filosofia mais pessoal é silenciada, como também ocorre o silenciamento de outras subjetividades e de outras expressões. Por exemplo, se aceitássemos a ideia de que somente o texto é capaz de expressar filosofia, como nos é ensinado desde cedo, uma pergunta já nos surgiria: quem é cego não pode filosofar no Brasil? Percebe-se que a exclusividade do texto como elemento formador torna excludente não só outras formas de expressão, mas outras vivências, outras pessoas, outras características que não serão contempladas com o uso de um aplicativo de leitura de textos, se, na

própria lógica, o conteúdo não inclui diferentes formas de perceber o mundo e agir nele.

A exclusividade expressiva da filosofia é produto de uma herança a partir da qual fomos formatados, em que a relação que se estabelece nessa formação é a de leitura e compreensão de textos. Logo, não seria essa restrição a uma única forma de uma expressão, imposta pelo currículo como critério de avaliação e de filtro, uma forma de excluir aqueles que não se enquadram e não se adaptam? Quem não tem condições de ler um texto e se formar em filosofia é deficiente por não possuir capacidade de filosofar, ou a filosofia acadêmica que se torna deficiente por não olhar para essas pessoas?

Afinal, se há apenas um modo de fazer filosofia, a academia não se mostra também responsável por realizar uma espécie de exclusão de pessoas que só podem se expressar filosoficamente por outros meios? Se uma forma de se expressar não seria considerada filosófica pelo fato de não ser seguir os métodos pré-estabelecidos, então seria o texto a única expressão possível de filosofia? Nesse aspecto, Goya é preciso ao identificar o caráter arbitrário de apenas uma forma de se expressar e dizer que “É preciso retirar quaisquer restos históricos e epistêmicos da crença absurda de que só é possível filosofar com autonomia sob o imperativo da produção de um texto escrito” (Goya, 2019, p. 85).

Se a exclusividade expressiva do texto escrito é uma característica arbitrária, até que ponto ela é pertinente à filosofia? Ou mesmo, em outras palavras, até que ponto essa exclusividade metodológica é condizente com o que temos por filosofia?

Se o valor da filosofia não é uma série de respostas pré-definidas, evidentemente, ela se mostra mais perto da incerteza do que a certeza. Sob esse prisma, uma perspectiva plural envolve outras formas de filosofia, que, necessariamente, expressam-se de modos diferentes em relação ao pensar e às outras relações e reflexões possíveis. Isso quer dizer que a dúvida “haveria um método tido como correto para se expressar filosoficamente?” já seria, por si só, um problema filosófico, pois, como mostramos até aqui, evidencia um conjunto de motivos arbitrários sustentados pelo contexto do que se tem por filosofia e qual é o modelo estabelecido como correto e único.

Ainda mais além, perguntamos: não seriam as possibilidades de se expressar, em filosofia, propriamente um problema filosófico a ser pensado? Segundo as palavras de Russel, sim, porque

Não podemos incluir, portanto, como parte do valor da filosofia, uma série de respostas definidas a tais questões. Mais uma vez, portanto, o valor da filosofia não depende de um suposto corpo de conhecimentos definitivamente verificáveis [ascertainable], que possam ser adquiridos por aqueles que a estudam. O valor da filosofia, na realidade, deve ser buscado, em grande medida, na sua própria incerteza (Russell, 1912, p.174-175).

Esse apontamento de Russell nos é útil. Se existe um único meio de fazer e ensinar filosofia, segundo a academia, ele já é legitimado e não pode mais ser questionado. Em resumo, podemos dizer que a filosofia encontrou uma ciência que garante e legitima sua expressão: o texto dedutivo e racional.

Todavia, não existe uma ciência da própria filosofia que escreve sobre como ela deve ser ensinada, como uma pessoa aprende a filosofia e como ela pode filosofar, visto que isso, por si só, já seria uma limitação e captura do próprio pensamento. No momento em que a filosofia é institucionalizada e passa a ser expressa somente de um modo, somente por um método e mediante a uma única prática, ela se limita, neutraliza e restringe o pensamento e as formas de expressão de outras pessoas, indo contra sua própria história, de maneira que possamos inferir que a simples presença de um único método – tido como legítimo para expressar e incentivado como único possível de realmente deter e transmitir filosofia – camufla diversas crenças e pressupostos que não necessariamente foram colocados em questão.

Assim sendo, o que se pode esperar de um exercício do ser humano, como o filosofar, quando ele é delimitado por uma instituição? Como alguém poderia se expressar, por um meio que julgue adequado para partilhar pensamentos e sentimentos, se já há um meio que foi previamente estabelecido como correto e único por uma instituição?

Em contrapartida, quando visitamos a história do pensamento filosófico, percebemos que a própria história não é condizente com o critério de fazer filosófico, como podemos notar no diálogo com filósofos da tradição que estabelecemos nesta seção. Cada filósofo

foi, a respeito de sua consciência e de suas capacidades, responsável por expressar seus pensamentos da maneira que lhe foi pertinente e que ele, por si próprio, julgou adequado. Isto é, a própria história da filosofia é repleta de exemplos de filósofos que se fizeram filósofos por se expressarem de uma maneira própria, ou seja, sem se curvarem a um meio de expressão tido como único e legítimo.

Dito isso, não apenas a colocação do problema sobre outras expressões de filosofia parece tensionar as tábuas e os velhos valores do que se concebe por filosofia, mas também outras formas de existências e singularidades. Ora, percebe-se que diante de todo nosso contexto, a possibilidade de se expressar filosoficamente por outros meios é não apenas óbvia, mas pertinente e crucial. Afinal, poderíamos dizer que o filosófico se dá pelo conteúdo e não pela forma, o que nos levaria a crer que as outras mídias de expressão não seriam capazes de suscitar e fomentar um pensamento filosófico tanto quanto os textos?

Se surgiram, surgem e surgirão outras formas de expressar um pensamento filosófico, por mais que fujam do texto tradicionalmente aceito e legitimado, essas contribuem com a busca de novas verdades ou com o estímulo à reflexão sobre o mundo e sobre si. Poderia um aluno se expressar em forma de diálogos? Ou se expressar filosoficamente por meio de um filme, ou, no caso, por meio de um quadrinho? Seria, portanto, a pluralidade de filosofias e de formas de expressá-las mais um convite à formação do sujeito do que um insulto à própria instituição? A respeito disso, Thoreau nos provoca a respeito da instituição e do seu caráter ao dizer que:

Em poucas palavras, poderíamos dizer que assim como a calmaria do vento permite a formação de um monte de neve, a calmaria da verdade permite o surgimento de uma instituição. Mas logo o vento volta a bater nas suas paredes e a desfaz (Thoreau, 1984, p.76).

Inspiradas nas palavras de Thoreau, as novas perspectivas e a pluralidade de filosofias configuram, por si só, uma revisão das próprias convicções da instituição. Assim dizendo, novos pensamentos, ventos e filosofias que descentralizam o que as instituições tentam segurar como verdade indubitável. Uma vez que delimitamos a formação e tensionamos o papel e a influência

dessa limitação, abrimos um novo caminho, novas possibilidades, novos pontos de vista.

Ainda que pareça ser um insulto à instituição a existência de filosofias em outras singularidades e por meio de outras formas de se expressar, ao recorrer à história da filosofia, podemos citar o próprio Nietzsche ao dizer que “Os bons têm de crucificar aquele que inventa para si sua própria virtude! Essa é a verdade! [...] O criador é aquele a quem odeiam mais: o que quebra tábuas e velhos valores, o quebrador – a ele chamam de infrator” (Nietzsche, 1983, p. 253). O infrator (o que cria novos valores e outras perspectivas) é sempre aquele que visa ser silenciado por quem detém o poder e o conceito de virtude. É, por si só, aquele que destoa das verdades indubitáveis muitas vezes presentes em diversos tipos de instituições ao longo da história da humanidade.

Percebe-se que, uma vez que a instituição pressupõe verdades indubitáveis – no caso, uma única filosofia possível, de um único modo possível –, ela dialoga com uma noção dogmática e, portanto, é envolta e superada pelo próprio filosofar. Desse modo, a pluralidade de filosofias nada mais é que um exame de consciência da própria noção que nós temos de filosofar e de nós mesmos. Pensar a importância de outras formas de expressão do pensamento é abranger cada vez mais visões de mundo, perspectivas e pensamentos diferentes.

O quadrinho como meio de expressão filosófica, pode suscitar e estimular outras formas de filosofar, sustentadas por meio da síntese entre os elementos escritos e os elementos visuais e imagéticos, ou mesmo apenas imagem. Pensando nessas alternativas, no diálogo que a filosofia faz com a arte e assimilando os frutos dessa relação, podemos citar, novamente, como exemplo de quadrinhos que geram filosofias, Desaplanar (2017), de Nick Sousanis. Garcia, ao mencionar a tese de doutorado de Nick Sousanis, diz que

Sousanis elabora suas imagens de modo complementar aos textos, de modo que seus desenhos enriquecem as ideias que ele procura transmitir. Para que possamos abarcar a riqueza de duas fontes informacionais simultaneamente, o desenho e a escrita, é interessante que haja uma educação voltada para esses outros recursos informacionais; para que nosso pensamento não fique restrito a uma única forma e possa dedicar um olhar atento a outras formas

de expressão. Como ressalta Sousanis (2015, n.p.), “Eu gostaria de pensar que o desenho um dia será considerado parte de uma alfabetização vital”. O objetivo do nosso artigo não é reduzir o pensamento a outras formas de expressão, como o gesto ou a imagem, mas enriquecer o olhar e permitir um diálogo entre as diferentes maneiras de pensar. Consideramos a importância da linguagem verbal na comunicação de pensamentos e não defendemos a sua exclusão, apenas atentamos para os problemas de adotá-la como a única forma de filosofar (Garcia, 2019, p. 226).

Garcia não apenas dialoga com o que expomos até agora, como também nos instiga a pensar e a reavaliar a crença que nós temos em uma única possibilidade de filosofar. Ao adotarmos o quadrinho como uma outra forma de se expressar, conseqüentemente, nos dispomos a novas perspectivas. Aliás, temos um outro olhar, de outro ângulo, que nos oferece outras possibilidades de exercitar o movimento do pensar filosófico. Uma vez que o exercício de filosofar não pode ser limitado por uma instituição, nem tampouco sua forma de expressá-lo, podemos, então, pensarmos em uma filosofia expressa por meio de um quadrinho? Poderia, por exemplo, um quadrinista ser considerado filósofo, dependendo do conteúdo produzido? Sobre isso, Smaniotto nos diz que

[...] pensar a possibilidade de um fazer filosófico que vá além do filosofar a partir da dissertação lógico-expositiva, predominante em nosso ensino acadêmico. Afinal, pensamos ser possível filosofar de diversas formas e por diferentes suportes textuais, inclusive histórias em quadrinhos (Smaniotto, 2020, p. 239).

Nessa linha de raciocínio, segundo as palavras de Smaniotto e de Garcia, a possibilidade de se expressar filosoficamente por meio de um quadrinho não apenas é viável, como também permite que pensemos e elaborem outras formas de compreensão, de reflexão e, conseqüentemente, novas filosofias.

3 Descolonização e a pluralidade de métodos e expressões do filosofar

No Brasil, há um imaginário de que a filosofia se faz exclusivamente por meio da leitura e escrita de textos, baseada em obras canônicas da filosofia europeia hegemônica. Tanto que, quando existe o interesse em saber o que pesquisa um(a) colega

da comunidade filosófica, é comum perguntar: “qual autor você estuda?”. A exclusividade do método de comentário de filósofo ou estudos de autor tem raízes na constituição do curso de filosofia da USP, como apontam diversos autores (Arantes, 1994; Arruda, 2013; Rodrigues, 2024), pois, para dar início ao curso, foram realizadas missões francesas exclusivamente com autores franceses que eram adeptos dessa metodologia. No entanto, para nós, o que contribuiu para o contexto de adesão exclusivamente a esse método foi a colonialidade.

Ramón Grosfoguel (2010, p. 467) explica a colonialidade como “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. No contexto que estamos discutindo aqui, significa que a convivência e propagação de um único método, pautado na leitura exclusiva de autores europeus, foi consequência de uma mentalidade que privilegia o mundo europeu hegemônico ao mesmo tempo em que menospreza e inferioriza manifestações oriundas do contexto brasileiro. A vinda dos professores franceses foi consequência da associação comum à época de que a filosofia, no Brasil, estava vinculada ao autodidatismo ou a formados na área do direito, entre os quais predominavam ideários do ecletismo, do positivismo, do neokantismo e da escolástica. Diante disso, não se considerava que existissem pessoas aptas a lecionar e filosofar.

Esse imaginário pode ser facilmente percebido pelo fato de que a produção de comentários sobre filosofias africanas, indígenas e brasileiras ainda é escassa no Brasil, mesmo que, felizmente, tenha aumentado significativamente nos últimos anos. Se a melhor forma de fazer filosofia é lendo e escrevendo, por que essa produção se limita a alguns homens brancos europeus?

O que está no cerne desse único método de se expressar filosoficamente é uma compreensão de que filosofia só é feita por gênios. Como aponta Gonçalo Armijos Palácios, “Há inclusive um certo pudor nos que ostentam um diploma em filosofia de chamar-se a si mesmo filósofos. ‘Não – dizem –, eu sou ‘professor de filosofia’” (Palácios, 2004, p. 70). Não existem esse tipo de “gênios” no Brasil? Como afirmava Tobias Barreto (1990, p. 240), “o Brasil não tem cabeça filosófica”?

A adoção de um método baseado exclusivamente em leitura e escrita não está de acordo com os diferentes paradigmas do conhecimento. Por exemplo, diversas tradições indígenas e africanas do pensamento se apoiam na oralidade como forma de produzir e transmitir conhecimentos. Tais tradições também têm a transformação corporal como forma de aprendizado e expressão de pensamentos.

Como explica a antropóloga Lucia Hussak van Velthem (2003, p. 63), a partir da cosmopercepção de algumas etnias indígenas, o corpo consiste em “uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento”. Nesse contexto, as transformações corporais feitas por meio de pinturas corporais, escarificação, uso de adornos como alargadores e máscaras, entre outros, expressam estados de ser e proporcionam mudanças sociais, ao mesmo tempo em que transforma a identidade dos sujeitos. Como ressalta Viveiros de Castro (1979, p. 40-41) acerca da etnia Yawalapíti:

As mudanças corporais assim produzidas são a causa e o instrumento de transformações em termos de identidade social. Isso significa que não é possível uma distinção ontológica – tal como o fazemos – entre processos fisiológicos e processos sociológicos, ao nível do indivíduo. [...] transformações do corpo e da posição social são uma e a mesma coisa. Desta forma, a natureza humana é literalmente fabricada, modelada, pela cultura. [...] A metamorfose [...] transforma os homens em animais ou espíritos. Ela é concebida como uma modificação de essência, que se manifesta desde o nível da gestualidade até, no limite, o nível da mudança de forma corporal.

Velthem (2003, p. 56) corrobora o argumento de Viveiros de Castro ao destacar que, no contexto indígena, as transformações corporais atuam transmitindo características fundamentais de suas sociedades, pois personificam concepções culturais e étnicas e “proporcionam a essas sociedades os meios de adaptação a novas realidades”. Ao contrário do que popularmente se considera em diversos contextos, a ausência da escrita é de fato uma escolha. Como ressalta Hourani sobre a cultura árabe (1994, p. 30), “a poesia não era escrita, embora pudesse, pois se conhecia a escrita na península: as inscrições nas línguas do sul da Arábia remontam a séculos”, de modo que recitadores eram os responsáveis pela transmissão dos poemas. Para os árabes, a repetição é “Uma das formas de lembrar

ao homem elementos fundamentais da existência” (Dib, 2009, p. 194). A declamação do alcorão é feita com frases melódicas, estando o significado além apenas das palavras proferidas (Dib, 2009, p. 195).

A reflexão feita por Renato Nogueira (2014) acerca da filosofia africana pode contribuir para pensarmos a filosofia no Brasil. Nogueira relaciona a recusa da existência da filosofia africana com o racismo. A capacidade de filosofar está associada a um tipo de pensamento elaborado e sofisticado que é frequentemente entendido como um “fato grego” (Chauí, 1997, p. 21) e europeu. Quando um grupo social é visto como incapaz dessa tarefa, o que está por trás é o seu processo de desumanização. Como explica Mogobe Ramose (2011, p. 9):

Os conquistadores da África durante injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir a filosofia. Eles fizeram isso cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. O epistemicídio não nivelou nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas introduziu, entretanto, – e numa dimensão muito sustentada através de meios ilícitos e “justos” –, a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental na África (Ramos, 2011, p. 9).

Como apontado por Ramose, existe uma relação intrínseca entre epistemicídio e genocídio. O epistemicídio consiste na exclusão da epistemologia de povos não dominantes por meio de escravidão, evangelização, escolarização, doenças, devastação ambiental, entre outros. É responsável por colocar a epistemologia de um povo em um lugar de inferioridade e indigna a fim de tornar seu genocídio aceitável. No mesmo sentido, Katiúscia Ribeiro Pontes aponta:

A desumanização do homem africano elimina por completo sua capacidade racional, a zoormorfização destina a esse homem a incapacidade de produzir pensamento cognitivo ao alcance da filosofia, logo, não é possível pensar filosofia fora do eixo europeu, referência principal da racionalidade humana (Pontes, 2017, p. 50).

Sueli Carneiro aponta que o epistemicídio também acontece na escola com a

negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado (Carneiro, 2015, p. 97).

Tal paradigma se relaciona com a compreensão de que não há filosofia no Brasil, haja vista que a população brasileira é formada majoritariamente por pessoas negras e indígenas. Basta lembrar as políticas de branqueamento que já foram implementadas no país e que associavam o comportamento desviante, criminoso, inferior e primitivo ao tom de pele mais escuro. Como explica Abdias do Nascimento:

A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”. Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desaparecerá por inteiro (Nascimento, 2016, p. 84).

O mesmo racismo epistêmico que está no cerne da compreensão hegemônica de filosofia é reproduzido em universidades e escolas brasileiras e atinge, além da população negra (maioria no Brasil), diferentes grupos sociais, em diversos graus de violência: indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ também não são vistos(as) como capazes de fazer filosofia.

Em relação aos povos indígenas, a filósofa Guarani Mbyá Cristine Takuá, formada pela mesma universidade que os autores deste artigo, comenta:

Há 13 anos eu ousei querer estudar filosofia na universidade e percebi que o diálogo criativo com seres vegetais e animais não está presente nas “universidades”

– que de universal quase pouco tem. Quando fui estudar na universidade, fiquei um tanto quanto assustada por que parecia que eles diziam que só os homens pensam. Na história que me foi retratada do nascimento da filosofia na Grécia, homens produziram pensamento, sistematizaram seus saberes e deixaram livros históricos, que pouco são praticados pelos seus. A gente observa isso, até hoje lá nas terras onde os “seus” vivem. Isso me assustou bastante e me fez, ao sair da tal universidade, continuar dialogando – tentando ao menos dialogar – com os seres criativos da floresta (Takuá, 2019, p. 1-2).

Durante esses anos dedicados à filosofia, ouvimos de docentes e pesquisadores que não havia evidências da existência de filosofias indígenas, africanas, brasileiras, entre outras. No caso das filosofias indígenas, ouvimos também que só poderiam ser filosóficas se fossem escritas de forma lógica e sistemática. No entanto, Cristine Takuá questiona a universalidade do pensamento hegemônico expresso nas universidades, onde apenas homens são vistos como pensantes. A filósofa também aponta a distância entre teorias e práticas no campo da produção de conhecimentos. Apresentando uma filosofia em conexão com o meio ambiente, Takuá fala da necessidade de dialogar com os seres criativos da floresta, fundamental para as filosofias indígenas adeptas de perspectivas relacionadas ao Bem-Viver. Para defender esse ponto, a filósofa traz a história da Takuá e a Ka’á, filhas de Nhaderu – figura criadora para os Guaranis –, que foram transformadas em dois seres, respectivamente: a taquara e a erva-mate. Ela destaca que “Para o povo Guarani a Ka’á é uma planta que traz muitas mensagens, traz força, iluminação, traz cura, nos mais diversos sentidos do que é a cura” (Takuá, 2019, p. 2). A filosofia do Guarani Mbyá do Tekó Porã, “que seria como uma boa e bela forma de você ser e estar no território” (Takuá, 2019, p. 4), diz respeito a uma relação de reciprocidade com o entorno, incluindo seres não humanos. Cristine questiona:

Conversando com as parteiras e com os rezadores, eles vêm falando que os espíritos da floresta estão muito bravos e eles estão vendo tudo o tempo todo. Mas será que a ciência está dialogando com os espíritos da floresta? Será que a ciência está entendendo de que não adianta só escrever? Que tem que sentir, que tem que perceber, que tem que interagir com todas as formas outras não humanas? (Takuá, 2019, p. 5)

A filosofia expressa por Takuá está relacionada a uma observação sensível e à ação diante disso, não à leitura e escrita de textos. Consideramos colonialidade desconsiderar a possibilidade da oralidade, da ação e das diferentes formas de expressão utilizadas pelos povos não hegemônicos do mundo, como pinturas tanto corporais como artísticas, danças e rituais. Se a filosofia é “amor à sabedoria” ou pensamento sistemático a partir de problemas, há diferentes formas de fazê-lo, temos que analisar seu conteúdo para considerar filosófico, e não o seu formato. Vários autores canônicos não se encaixariam nessa metodologia: Sócrates é um deles.

No Brasil, Renato Noguera contribui para problematizar a história oficial do nascimento da filosofia: “suponho que uma das grandes questões da Filosofia seja o reconhecimento de que os argumentos mais tradicionais acerca do seu nascimento são invariavelmente problemáticos porque são marcados pelo racismo epistêmico” (Noguera, 2011, p. 24). Como Noguera discute, seria esdrúxulo afirmar que um povo “inventou” a religião, pois existem manifestações religiosas com diferentes origens e todas as pessoas reconhecem isso sem nenhuma dúvida. Como ele escreve:

Por exemplo, o candomblé é uma religião de matriz africana, o budismo tem raízes na Índia. Mas não é pertinente afirmar que a invenção da religião foi obra do povo iorubá. Entretanto, podemos dizer que o povo iorubá é protagonista na criação e na sistematização do Culto a Ifá (Noguera, 2014, p. 62-63).

O mesmo se aplica à arquitetura e à música. Do mesmo modo que consideramos diferentes gêneros e subgêneros de música, podemos considerar as diferentes filosofias plurais manifestações do pensamento filosófico. Diante disso, compartilhamos da hipótese pluriversal acerca da filosofia. Noguera (2014, p. 61) diferencia “produções humanas verificáveis em todas as sociedades e culturas, sem datação determinada e sem local específico de surgimento”, campo no qual estariam manifestações como a arquitetura, a música, a religião, a filosofia, de “invenções pontuais localizáveis no tempo e no espaço”, como a resposta para a pergunta de quem fez o primeiro voo de avião: os irmãos Wright ou Santos Dumont. Ele destaca que “é importante desvincular a ausência de registros escritos da inexistência de reflexões filosóficas” (Noguera, 2014, p. 61).

Diante do apontado, podemos dizer que a exclusividade do método para se expressar filosoficamente acaba por se mostrar uma forma de epistemicídio, que leva à inferiorização e deslegitimação de outras formas de expressar e produzir filosofias. Talvez outras manifestações tenham maior potencial filosófico do que a escrita, justamente por obrigarem quem as percebe a interpretar e/ou criarem seus próprios conceitos para explicá-las, para além das interpretações consolidadas da tradição do comentário de autores. Todavia, o ponto central analisado nesta seção é o fato de que entender a escrita como única forma de expressão de filosofias pode acarretar na incapacidade de compreensão e diálogo com filosofias de outros paradigmas, como perspectivas indígenas e africanas. A pluriversalidade é uma necessidade de um filosofar que se faz em diálogo com a realidade brasileira e suas diferentes formas de produção e expressão de pensamentos.

4 Ensino de filosofia em quadrinhos como uma estratégia de incentivo ao filosofar autoral

Uma das estratégias que utilizamos em sala de aula foi a utilização de quadrinhos como material para motivar o pensamento filosófico. Durante o ano de 2021, nós, os autores deste artigo, nos juntamos em prol de um projeto de ensino de filosofia em quadrinhos. O objetivo central era incentivar os(as) estudantes a filosofarem sobre suas próprias realidades, contribuindo para a descolonização do pensamento e para o reconhecimento da relevância dos problemas e temas brasileiros e regionais, tentando fugir das aulas focadas em explicar conceitos e teorias de filósofos. Foram elaborados três materiais em quadrinhos, utilizados respectivamente nos segundo, terceiro e quarto bimestres, relacionando-se com o currículo vigente na escola em que foram aplicados – uma escola da rede federal do Rio de Janeiro, localizada no campus Pinheiral, no sul fluminense.

A escolha por utilizar quadrinhos, como fonte de incentivo para que os estudantes filosofassem sobre suas próprias realidades, deveu-se à tentativa de descentralizá-los das principais estratégias utilizadas no ensino de filosofia, que tendem a entender a aula como espaço para leitura e explicação de teorias e conceitos filosóficos da tradição e que têm a obtenção de conhecimento como a repetição das teorias estudadas.

Ao romper com essa abordagem conteudista do ensino de filosofia, buscamos romper também com os processos de repetição em que os estudantes foram (con)formados durante os anos de escolarização. Isso porque, mesmo quando docentes tentam propor atividades para que estudantes elaborem pensamento autoral, a grande maioria fica presa nos formatos já familiarizados. Em nossa experiência docente, já tivemos dificuldade com propostas não conteudistas, pois muitos alunos repetem “não tenho nenhuma ideia que me interesse” ou relatam não saber o que fazer nessa situação, uma vez que não estão acostumados, exigindo explicações e as repetindo como se fossem suas próprias ideias. Nesse sentido, o uso dos quadrinhos em um formato que não procura apenas explicar teorias didaticamente busca gerar a dúvida necessária para retirar os(as) estudantes das respostas óbvias.

Vale ressaltar que mesmo os quadrinhos mais populares não têm como foco a explicação de ideias. Aliás, é comum terem poucas frases escritas e muitas páginas apenas com desenhos. Em geral, tendem a utilizar diversos recursos para causar sensações e emoções nos leitores. Assim, deixam uma margem maior para a interpretação do que outras linguagens.

Consideramos fundamental para a descolonização do conhecimento a utilização de diferentes linguagens, que reflitam a pluralidade de formas de expressar pensamentos e filosofias. Além disso, nesse caso, buscamos a descolonização a partir do incentivo ao pensamento autoral sobre a realidade local e brasileira.

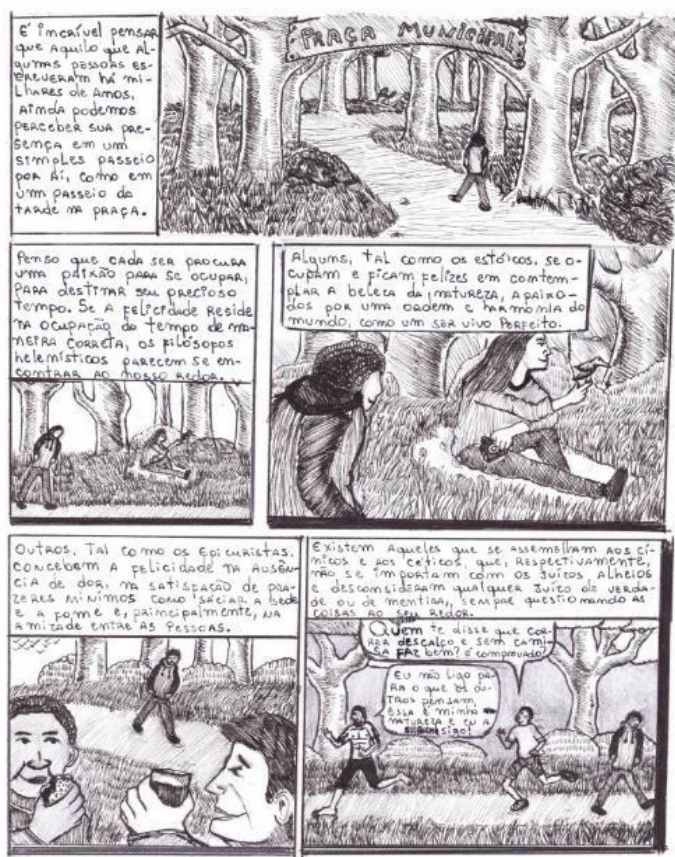
Cabe ressaltar que, embora os quadrinhos correspondam a um formato editorial (*comics*) que surgiu na Europa e nos Estados Unidos e que se relaciona com processos de cultura de massas, partimos da compreensão de que, em um mundo globalizado, a descolonização se dá em grande parte na disputa e nos usos subvertedores das ferramentas hegemônicas e não apenas em espaços e culturas marginais.

Lembramos a discussão em torno do personagem Caliban de *A Tempestade*, de William Shakespeare, interpretado como símbolo da resistência ao colonialismo. Caliban aprende a língua do invasor, mas diz que a língua só serve para amaldiçoar seu opressor. Isso é interpretado como metáfora de como povos colonizados

aprendem a língua do colonizador, mas a usam para denunciar e resistir à opressão. Até mesmo porque não podemos desconsiderar as ferramentas que possibilitam acesso e trânsito no mundo contemporâneo e que impedem uma vivência completamente desconectada dele.

A fim de contextualizar, seguem abaixo os quadrinhos utilizados para compreensão do formato escolhido:

Figura 1 – Da filosofia como herança de pensamento e reflexão.



Fonte: Elaborado por Bruno Del Ciampo Garcia (2021).³

³ Os materiais elaborados foram utilizados em sala de aula e não estão publicados.

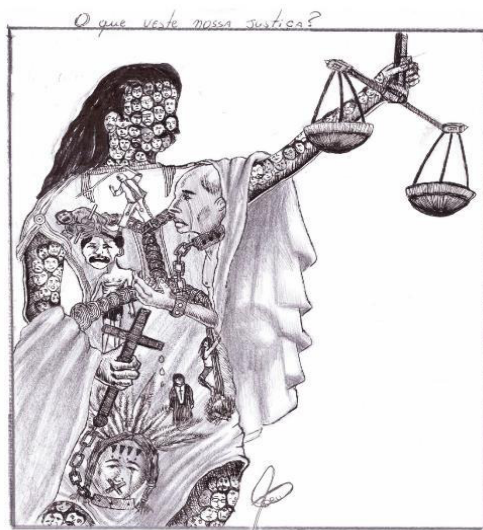
A pluriversalidade fundamental para o filosofia na formação e no ensino de filosofia: possibilidades dos quadrinhos

Figura 2 – Do exercício de filosofar diante das próprias circunstâncias.



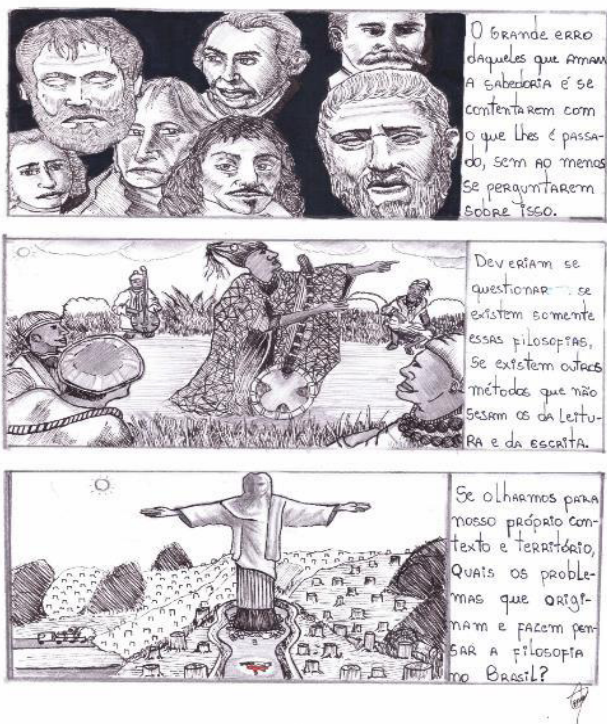
Fonte: Elaborado por Bruno Del Ciampo Garcia (2021).

Figura 3 – O que veste nossa justiça?



Fonte: Elaborado por Bruno Del Ciampo Garcia (2021).

Figura 4 – Sobre os modos de filosofar no Brasil.



Fonte: Elaborado por Bruno Del Ciampo Garcia (2021).

O projeto que desenvolvemos de ensino de filosofia em quadrinhos começou com a proposta de discutir o helenismo, haja vista que são escolas filosóficas que permitem inter-relações com a contemporaneidade. Na articulação entre desenho e escrita, o material apresentava diferentes concepções de felicidade e abria o debate para a atualidade desse tema por meio da situação do desejo na atualidade, vinculado a questões materialistas ou superficiais. A atividade final pedia para que os estudantes lessem a história em quadrinhos e respondessem à questão: “o que você pensa sobre as escolas filosóficas helenísticas? Acha que a filosofia pode ser útil para viver melhor hoje? Justifique sua resposta relacionando com a história em quadrinhos”. A proposta buscava incentivar o pensamento próprio dos(as) discentes, fazendo com que analisassem

sua realidade. Apenas como caráter ilustrativo, trazemos a seguir uma resposta escrita⁴ por uma aluna, preservando o anonimato:

Nas escolas helenísticas a filosofia era entendida como uma forma de viver e a felicidade era o tema central. Atualmente a felicidade ainda é colocada como um objetivo, mas depositamos nossa felicidade em coisas erradas, o amor próprio, tão essencial a nossa vida cotidiana, virou um produto, comercializado através de cirurgias plásticas, maquiagens, ou mudanças drásticas em seu rosto. A felicidade moderna é depositada em bens materiais, aparência e estética, ela é vista como um objeto a ser comprado.

A filosofia é importante porque nos faz questionar a vida e buscar entender a forma que vivemos, e atualmente precisamos filosofar sobre os valores da nossa sociedade moderna que é extremamente capitalista e consumista. Uma grande reflexão do quadrinho é “quais seriam as paixões que nos guiam nos nossos dias?”, e refletindo sobre isso temos paixões diversas, a paixão ao dinheiro, o fanatismo religioso, a ambição de empresários por terras quilombolas, a paixão por consumir a terra, mas também temos atualmente um crescimento da paixão pela militância por causas sociais, como movimento negro, movimentos LGBTs, movimentos feministas, movimentos a favor do meio ambiente como o veganismo e movimentos contra a intolerância religiosa (Estudante, 2021, n.p.)⁵.

No bimestre seguinte, como o currículo impunha o ensino da filosofia medieval, em especial, a patrística e a escolástica, buscamos produzir um material para questionamento do papel do cristianismo no contexto contemporâneo. A imagem elaborada tinha como título “O que veste nossa justiça?” e não tinha nenhum texto escrito, além do seu título. A atividade pedia a interpretação da imagem a partir do que os(as) estudantes aprenderam sobre o contexto de surgimento do cristianismo e sua relação com a filosofia. A seguir, duas respostas elaboradas por estudantes:

Resposta 1: Acredito que a imagem retrata as contradições que se tornaram parte do cristianismo com o tempo. Em sua criação, a religião pregava o amor aos outros e a Deus

⁴ Cabe ressaltar que o regulamento da escola em que foram aplicadas as atividades obrigava a realização de pelo menos uma atividade avaliativa em formato escrito, o que reflete a supervalorização de tal forma de expressão. Por isso, todas as respostas citadas são em formato escrito.

⁵ As respostas elaboradas por estudantes estão registradas em plataforma do Google Classroom e não se encontram publicadas. Por isso, o modelo utilizado para a referência foi o seguinte: “(Estudante, 2021 [ano em que as atividades foram realizadas], n.p.)”.

e trazia princípios estoicos em sua regência. Entretanto, com o passar do tempo, o cristianismo foi se subvertendo. Após ser adotado como religião oficial de Roma, a religião passou a ser usada como desculpa para manipular a população, especialmente as classes mais pobres, pelo uso de discursos populistas que visavam a arrecadação financeira, além do controle das grandes massas para que elas concordassem com as vontades dos nobres da época. A imagem retrata todas as pessoas silenciadas, abusadas, violadas e mortas com a justificativa do cristianismo. A Igreja foi uma das grandes responsáveis pela queima de diversas mulheres que foram consideradas bruxas na idade média. Tudo isso sob a desculpa de que tal comportamento (que sequer foi comprovado) desagradaria Jesus Cristo (o que é mentira, já que o mesmo apoiava e amparava a todos independente de suas ações). A Igreja utilizou a influência que adquiriu com o tempo para justificar todas as suas mazelas, que estão representadas na imagem. (Estudante, 2021, n.p.)

Resposta 2: De acordo com a imagem “O que veste nossa justiça” e o texto sobre o surgimento do cristianismo, entendemos que, a justiça (estado) e a religião se uniram após o império romano entrar em crise, fazendo o estado perder o controle, então o regime se juntou com a igreja com o objetivo de usar a religião como uma forma de se auto fortalecer. “A igreja fala e o povo obedece” porque na época a igreja falava e as pessoas obedeciam sem argumentar, eles acreditavam que por ser algo “divino” não poderia ser questionado. Na imagem do Bruno Del Ciampo conseguimos observar escravos e indígenas sendo silenciados, acorrentados e agredidos mostrando também como a religião e o estado estavam ciente desses atos desumanos, já que a igreja participou do processo de implantação e manutenção da escravidão no Brasil junto com o estado português. A escravidão se tornou um dos pilares na estruturação da sociedade e da economia colonial na época. Porém, este era um sistema hediondo de exploração humana para estar ligado a uma instituição que foi criada para promover a fraternidade, a justiça e a paz entre os homens. No momento atual, mesmo o Brasil sendo um país laico, a igreja ainda tem muita influência sobre o estado, por esse fator os religiosos ainda continuam tendo muitos privilégios comparado às outras religiões para justificar as suas ações antiéticas e preconceituosas (Estudante, 2021, n.p.).

No último bimestre daquele ano, foi elaborado um material para que os(as) estudantes se abrissem para a discussão de problemas contemporâneos específicos da realidade brasileira. Os desenhos dos quadrinhos faziam alusão a filósofos renomados da

história europeia e questionavam a exclusividade do método da escrita ao apontar elementos de outras tradições do pensamento, como a afro-brasileira e a filosofia dos griots. A atividade pedia uma reflexão sobre os quadrinhos e que os(as) estudantes respondessem “o que te faz pensar?”. Seguem algumas respostas:

Resposta 1: Um problema recorrente não apenas no Brasil mas também em muitos dos países colonizados, há a europeização, onde se dá muito reconhecimento, estudo e palmas para saberes europeus, estrangeiros e para a população nativa da pátria se dá o apagamento e invalidação da cultura e saberes indígenas e quilombolas, um exemplo disso que vemos muito no curso técnico em meio ambiente é a herança européia de queimadas, monoculturas e exaurimento dos recursos ambientais, técnicas essas que são facilmente compreendidas pelas comunidades que estão aqui há mais tempo que não há sustentabilidade, não há o devido respeito pelos bens naturais que temos acesso (mas não possuímos, pois não cabe a nós possuir algo que não nos foi dado, muito menos para a destruição exacerbada). Penso que esse tipo de pensamento destruiu mais de 90% do bioma Mata Atlântica, que assim como na terceira imagem observa-se o novo bioma sendo formado, o que é repleto de mares de morros inférteis e insalubres, e mesmo assim a tendência é piorar com a “nova” “monocultura” que é a criação de gado por todo o país, destruindo o pouco que restou após séculos sendo fonte de matéria-prima de países estrangeiros. (Estudante, 2021, n.p.)

Resposta 2: No primeiro eu concordo muito com a frase pois se você recebe uma afirmação e simplesmente se sujeita a ela sem se questionar é totalmente contraditório visto que a filosofia é questionar e analisar. Exemplo: Um exemplo que eu pensei muito foi a fake news e os fanáticos por política, eles não questionam e não procuram saber mais a respeito de nada. No segundo quadrinho fala a respeito dos filósofos africanos e eles questionam se a filosofia só é considerada filosofia se estiver escrita e texto, pois a filosofia deles é baseada em músicas, histórias e reflexões e transmitidas a várias gerações. Exemplo: Não sei se faz sentido, mas eu pensei em família, quando éramos criança a nossa filosofia não era escrita e sim o que aprendemos de nossos responsáveis, história de vida, vivências e regras etc. E quando crescemos começamos os questionamentos. No terceiro quadrinho questiona se a filosofia também nos faz pensar sobre os problemas da realidade, porque os nossos problemas não aparecem na filosofia. Exemplo: Eu pensei no desmatamento da amazônia e mata atlântica e nas mortes de pessoas pretas no brasil, um país com mais 50% de negros mas também

é uns dor países que mais matam essas pessoas no mundo. Todos os problemas que cercam nosso país me levam a pensar e a refletir sobre o passado e questionar a nossa realidade a fim de problematizá-la e pensar em soluções para o futuro. (Estudante, 2021, n.p.)

Resposta 3: Os quadrinhos mostram a tradição filosófica que nós herdamos e questiona se ela não poderia ser mais abrangente e plural, creditando e visibilizando filósofos de outras culturas e de outros meios divergentes da escrita e leitura. Além de levantar a questão dos problemas existentes no Brasil e que originam a filosofia brasileira. Dentro dos múltiplos problemas do nosso país, acho muito importante destacar a discriminação e suas consequências trágicas, como por exemplo o genocídio que acontece recorrentemente com a população negra ou com a população LGBTQIA+, em especial os transexuais. Em dados do Atlas da Violência, divulgados em 2021, a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes mais alta do que de uma pessoa não negra. Já quanto a transfobia, tivemos 80 mortes de pessoas transexuais só no primeiro semestre de 2021, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais. É um praticamente um extermínio de pessoas que divergem do padrão “correto”. Também é válido citar o desmatamento desenfreado que ocorre nos biomas brasileiros, matando a flora e a fauna local e causando mudanças climáticas não só no Brasil, mas também em países vizinhos. Além de botar em risco a vida e a cultura da população indígena nativa. (Estudante, 2021, n.p.)

A pluralidade de caminhos argumentativos nas respostas aponta para a ampliação das possibilidades interpretativas a partir de imagens. Partimos do pressuposto de que o desenho pode colaborar para a descolonização do pensamento por não trazer enquadramentos rígidos sobre seu significado. Também partimos do pressuposto de que o ensino de filosofia que vale a pena é aquele que motiva o filosofar, entendendo estudantes e docentes como capazes de filosofar e pensar sua própria realidade em seus próprios termos e conceitos. Nesse contexto, a proposta das atividades incluía a descolonização na forma de entender a filosofia, entendendo que isso só pode ocorrer com um pensamento territorializado e situado na realidade que se vivencia.

Considerações finais: desafios e possibilidades dos quadrinhos para o filosofar

Neste artigo, analisamos a exclusividade do método escrito, por intermédio da lógica argumentativa-dissertativa, como forma de silenciamento e exclusão da pluralidade de filosofias, com suas raízes na colonialidade do saber hegemônico. Entendemos que, especialmente no mundo contemporâneo, é preciso se apoiar em um paradigma intercultural da filosofia, que inclui outras formas de expressão filosófica.

O paradigma em que nos apoiamos neste estudo permite dialogar com filosofias plurais e seus próprios métodos, além de possibilitar o incentivo ao filosofar, haja vista que a compreensão de que o método de leitura e escrita de textos é o único que se relaciona com a filosofia, baseando-se em uma noção eurocêntrica e patriarcal. Ainda que pareça uma contradição enunciarmos tal paradigma no formato escrito (visto que se trata de um artigo), o que defendemos não implica a exclusão de nenhuma forma de expressão, apenas busca a ampliação e o enriquecimento do que se entende por filosofia, a fim de descolonizar e incentivar o filosofar no território em que vivemos. Ao mesmo tempo, diante do paradigma posto hegemonicamente, esse é o único formato possível para uma publicação acadêmica.

Referências

ARANTES, P. *Um departamento francês de Ultramar*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1994.

ARRUDA, A. T. M. Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Trajano Menezes Arruda. *Revista Kínesis*, Santa Maria, RS, v. 5, n. 9 [edição especial], jul. 2013, p. 1-20. Entrevista a João Antonio de Moraes e Marcio Tadeu Girotti.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2005.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo, SP: Ática, 1997.

DELEUZE, G. *Conversações*. 1. ed. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo, SP: 34. 1992. [Coleção Trans]. ISBN: 85-85490-04-2.

- DIB, M. C. *A diversidade da cultura da Síria através da música e da dança*. 2009. 357 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8154/tde-11062010-103804/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- GARCIA, A. Uma proposta de filosofia além da esfera verbal para um pensamento descolonizado. *Griot: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 211-229, 2019.
- GOYA, W. *A força espiritual da palavra*. 1. ed. Goiânia, GO: Kelps, 2019.
- GROSGOUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In:
- HOURLANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, SP: Cortez, 2010. p 455-491.
- MARGUTTI, P. Filosofia brasileira e pensamento descolonial. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 18, p. 223-239, 16 dez. 2018.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo, SP: Perspectivas, 2016.
- NIETZSCHE, F. *Os pensadores*. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de Antônio Cândido. 3. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.
- NOGUERA, R. *O ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro, RJ: Ceap, 2014.
- ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. Tradução de Herrera Filho. Domínio público, 2013. Disponível em: <http://www.leb.esalq.usp.br/leb/aulas/lce1302/ortega.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.
- PALÁCIOS, G. A. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*. Goiânia, GO: UFG, 2004.
- PIMENTA, S. G. *Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

PONTES, K. R. *Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03*. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ensino) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. *Revista Ensaios filosóficos*, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, p. 6-24, out. 2011. Disponível em: http://www.ensaiofilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

RODRIGUES, A. *Como nos tornamos os professores que somos: uma problematização da herança estruturalista nas práticas de ensinar e aprender filosofia*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Digital, 2020.

RODRIGUES, A. *Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do ensino de filosofia à trajetória formativa na Unesp*. 2024. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP, 2024.

RUSSELL, B. *Os problemas da filosofia*. Tradução de Jaimir Conte. São Paulo, SP: Editora XYZ, 1912.

SMANIOTTO, E. I. *Quadrinhosofia: uma proposta metodológica para a classificação conceitual das histórias em quadrinhos quanto à sua abordagem filosófica*. *Revista Cajueiro*, Aracaju, SE, v. 2, n. 2, p. 236-273, maio/nov. 2020.

SOUSANIS, N. *Desaplanar*. Tradução de Érico Assis. São Paulo: Veneta, 2017.

TAKUÁ, C. *Seres criativos da floresta*. Rio de Janeiro, RJ: Cadernos selvagem, 2020. Disponível em: http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2020/11/CADERNO_4_TAKUA.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

TAKUÁ, C. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. *Rebento*, São Paulo, SP, n. 9, p. 5-8, dez. 2018.

THOREAU, H. D. *Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos*. Tradução e organização de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1984.

VELTHEM, L. H. *O Belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa, PT: Museu Nacional de Etnologia: Assírio & Alvim, 2003.

A pluriversalidade fundamental para o filosofia na formação e no
ensino de filosofia: possibilidades dos quadrinhos

VIVEIROS DE CASTRO, E. V. A fabricação do corpo
na sociedade xinguana. *Boletim do Museu Nacional*, [série
Antropologia], n. 32, p. 40-49, 1979.

Submetido em 03 de fevereiro de 2025.
Aprovado em 04 de outubro de 2025.